

TÂNIA LOPES

ROTAS NACIONAIS: FRAGMENTANDO OS ROTEIROS TURÍSTICOS SOBRE OURO PRETO

XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum
de Pesquisa 21: "Antropologia e Turismo".

BRASÍLIA

Julho de 2000

Este trabalho visa contribuir no debate sobre as várias formas de se apresentar a nacionalidade. Parte-se da inserção do turismo como articulador entre o discurso oficial do que se pretende como a “identidade nacional” e a interpretação que os diversos atores fazem dessa cidade sobre a questão da “identidade nacional” que está sendo dramatizada, no sentido dado por Geertzⁱ.

O local sobre o qual essa discussão se refere é Ouro Preto, cidade que é patrimônio histórico e artístico nacional e da humanidade. A série de questões aqui apresentadas resultam de pesquisas anteriores e em andamento, a saber: iniciação científica e posterior monografia de graduação e atual mestrado, financiadas pela FAPESP.

São discutidas as imagens e símbolos em torno dos quais se constróem vários discursos que procuram e pretendem caracterizar o que é “nosso”, estando figurados, guardados e apresentados nos museus, Igrejas, monumentos, lendas e festas. Encenações e cenários de memórias e histórias que contam “nossas” raízes e tradições, um estudo de caso que permitirá uma comparação posterior na discussão entre o global e o regional. Tendo em vista esse contorno inicio o caso de Ouro Preto.

Getúlio Vargas, discursando aos ouro-pretanos em 1938, declarou: “Meca da tradição nacional, a cidade para a qual devemos volver nossos olhos, porque representa as páginas vivas de nossa história, no fulgor do seu passado e das suas glórias imorredouras”ⁱⁱ. A fala de um dos principais artífices da construção oficial da identidade brasileira revela o patamar ao qual Ouro Preto foi alçada com o seu tombamento - tornando-se um dos referenciais “sacralizados”, oficialmente, de “nossa” nacionalidade - pretensamente unívoca. Pelos termos desse discurso, o sentido assumido para a época a orientação de que as visitas e as peregrinações a essa cidade visavam o conhecimento e aprendizado de “nossa” identidade brasileira.

A inclusão oficial pela UNESCO - no rol de patrimônio da humanidade - viria incluir Ouro Preto, e deste modo o Brasil, como parte integrante de um “acervo comum dos povos”: através das artes se comporia um repertório comum, considerando-se aí um quadro de totalidade, podendo ser compartilhado pelo turismo. Uma atividade que

permite a apresentação das singularidades nacionais não apenas pelo seu “consumo” mas através da circulação de pessoas que realizam trocas e intercâmbio de experiências, permitindo que ocorra a “reciprocidade”, no sentido utilizado por Maussⁱⁱⁱ, entre pessoas de diferentes nações.

Stuart Hall^{iv} chama a atenção sobre os modos pelos quais se processa a imaginação sobre a nação, não apenas as suas instituições mas também os símbolos, histórias, discursos que a compõem e a diferenciam de outras nações e que são utilizados entre seus membros para a identificação com essa comunidade, cujo sentido é uma cultura partilhada para a identificação nacional. Ressalta-se a necessidade de se observar o posicionamento de quem está enunciando as características sobre esse sentimento do que é nacional, ou seja, deve-se atentar de que modo o sujeito está inserido na estrutura social: raça, grupo, etnia, classe social. Cito esse autor mas lembro que deve-se considerar a vasta literatura nacional que discutiu a "identidade nacional" mas o que não pode ser feito dado os limites desse texto.

Sendo assim, entendo a nacionalidade como um campo de luta entre os indivíduos que vivem em uma sociedade marcada por diferenças e estes indivíduos negociam e disputam as imagens "nacionais". Deste modo, não existe um único significado mas uma pluralidade. Variando-se os posicionamentos sociais alteram-se as histórias, evidenciando-se as disputas e negociações entre os vários grupos que fazem parte dessa comunidade e do jogo de identidades entre os atores sociais^v.

Nesse sentido torna-se interessante observar os vários significados que estão sendo articulados pela atividade do turismo, uma atividade simbólica e econômica que articula de modo distintos as experiências sociais dos vários e diferentes sujeitos envolvidos quer direta ou indiretamente com ele.

Entre os atores debruço-me inicialmente sobre o "poder oficial" representado pela Embratur e o IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os quais apresentam oficialmente a cidade como acervo e posse coletiva da nação: o patrimônio, o depositário das memórias e personagens sobre o "nosso" passado.

Um balanço da literatura^{vi} aponta para algumas características que estão implicadas nesse processo de tombamento. Este processo é o momento por excelência da preservação dos bens móveis e imóveis, ocorre a passagem do que antes era de posse particular, passando posteriormente ao conjunto formal e simbólico da nação. Do ponto de vista oficial, o que se tem sobre esses bens é o investimento de significados imbuídos de uma sólida identificação com a expressão de um todo nacional; estes são homogêneos e coesos que buscam exprimir em uma univocidade de pertencimento e reconhecimento para os brasileiros. Os bens, uma vez que passam a representar o país [a nação], tornam-se seus documentos de identidade, passando a ser guardados e estudados por um corpo de especialistas que atestam e fornecem o caráter de prova documental, memorial e simbólica - fornecendo e atestando a singularidade própria de cada país.

A informação discursada pelos monumentos, remete ao poder oficial que construiu uma imagem de nação, na qual destaca-se a ação do Estado e das classes dominantes como sendo os sujeitos determinantes do seu processo histórico. Os vestígios do passado foram destituídos da historicidade e sacralizou-se a história do estado como se fosse a história de todos os sujeitos, ocultando as suas diferenças e conflitos.

Vale ressaltar que a implementação institucional de um serviço que visava proteger, preservar e definir o "nacional" teve sua criação durante o governo Vargas. Durante esse governo deu-se ênfase à produção cultural dando destaque aos intelectuais

para "orientarem a construção do Brasil moderno através do Estado" além da construção de uma legitimidade política nacionalista respaldada pelas práticas e tradições dos vários grupos populares, caso do carnaval e do futebol.

Entre os aliados do regime destacou-se Cassiano Ricardo com o “sentido bandeirante” norteando o Estado Novo. Apesar de pertencerem à oposição, embora de forma diferenciada, autores como Mário de Andrade e Gilberto Freyre mereceram destaque quanto a tentativa de construir a “brasilidade”, pois suas obras constituem as peças que tiveram maior repercussão no conjunto daquelas que procuraram traçar o caráter nacional através de suas interpretações e personagens. Ao lado destes destaca-se também nesse período a criação do Serviço para a salvaguarda da "memória", levada a cabo por Gustavo Capanema, homem forte do regime Vargas, o qual foi concretizado em 1937, dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, o SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A literatura sobre o “caráter nacional” considera Freyre o grande pioneiro que consagrou positivamente o fator miscigenado das mesmas três raças para a formação do caráter nacional. O “brasileiro” seria então o mestiço, resultado da história entre relações dessas três pioneiras raças que foram intermediadas e condicionadas pelo sistema monocultor latifundiário, cabendo destaque para a figura chave do senhor de engenho. Seu trabalho possui um tom saudosista de um tempo perdido, à la Proust, da intimidade e do patriarcalismo.

Seu contemporâneo, Lúcio Costa orientou a sua prática como ator político - consultor do SPHAN - compartilhando da crença de que o estilo colonial, das casas grandes com as varandas, seria a resposta arquitetônica genuinamente brasileira. Através da arquitetura mostrou-se a materialidade da cultura brasileira que encontrava

os ecos do passado e os apresentava ao presente para se ilustrar a “boa tradição” do país. Freyre elege Parati, e Mário juntamente com outros modernistas paulistas^{vii} consagram Ouro Preto.

Essa "redescoberta" significou para a cidade um modo de recriação de sua identidade com a sua transformação em patrimônio nacional, em 1933 e posteriormente, em 1937, foi colocada sob proteção e guarda do recém instalado SPHAN. Tais fatos representaram uma nova oportunidade para o crescimento da cidade e a possibilidade dos moradores recriarem simbolicamente a cidade pois, a mudança da capital mineira, para Belo Horizonte em 1897, significou uma perda de identidade para Ouro Preto - que passou a figurar como uma cidade-fantasma para aqueles que não se mudaram para a então nova capital. Com a sua elevação, uma série de disputas emergiram. Os embates giraram em torno de quem possuía [maior] legitimidade pela sua conservação, restauro e catalogação dos bens, envolvendo as disputas entre os sujeitos envolvidos – sobretudo as Instituições, destacando-se as polêmicas trocadas na imprensa nacional entre o Instituto Histórico de Ouro Preto e o próprio SPHAN – como também em relação aos critérios orientadores do tombamento. Além do que propiciou um meio de crescimento econômico uma vez que pôde ser investida com a característica turística.

Integrada no circuito turístico em outro momento da história política - o Golpe Militar de 64 – intensificou-se desde então a teatralização do patrimônio vinculando as chamadas cidades históricas na rota turística, sobretudo a partir de 66 com a criação da Embratur^{viii}.

O investimento turístico sobre Ouro Preto permitiu que se ampliassem trocas em relação aos símbolos e significados em torno de sua construção como cidade patrimônio. Trocas não apenas de discursos, mas de relações entre pessoas que visitam a

cidade e compartilham diferentes experiências, instalando-se aí a reciprocidade entre pessoas em interação pelo lúdico do lazer turístico e como parte dessa totalidade, não apenas de uma comunidade nacional como de toda a humanidade. O que não significa que seja um processo harmonioso e sem conflitos.

Antes de debruçar sobre as conexões feitas sobre Ouro Preto detenho-me na sua "venda" como cidade turística histórica. Uma conversa informal com uma proprietária de agência de turismo [que também é guia de turismo credenciada pela Embratur], revelou os bastidores da venda de Ouro Preto. Iniciou a conversa apresentando as vantagens de se conhecer Ouro Preto: é uma cidade histórica, parte da “nossa” história. Salientou que a preferência do público é dirigida para as praias, reclamando que “os brasileiros não querem saber de misturar lazer e cultura”. Protestou que “isso é uma falta de conscientização pela “nossa” história”. No decorrer da conversa ela confidencia: “Mas, sabe? Eu particularmente não gosto de Ouro Preto porque é muito museu, é muita coisa velha e não tem quase espaço aberto; o ar lá é muito pesado, muita Igreja, muita ladeira, é um sobe e desce que não acaba”. Essa fala torna-se interessante para se relativizar o fato de parecer uma idéia natural que todos que visitam Ouro Preto gostem da cidade além de apontar para outros sentidos sobre Ouro Preto, a “Meca da Nacionalidade” pretendida por Vargas.

Mas não só a fala é reveladora, o que é mais curioso são as conexões estabelecidas em torno da história de Ouro Preto, com seus personagens e momentos, reveladas com a fragmentação dos roteiros e circuitos turísticos apresentados na divulgação turística nas suas várias formas: vídeos sobre Ouro Preto^{ix}, os passeios virtuais às páginas da internet entre outros, a fim de se revelar os elos e encadeamentos a que estão submetidos cada um desses fragmentos: os bens, monumentos, personagens

e história da cidade para a configuração dos significados atribuídos a esse palco que é Ouro Preto.

"Relicário da história", "a cidade como obra de arte", local no qual "grandes capítulos da história foram encenados", são frases chave sobre a construção do sentido de Ouro Preto como um espaço no qual a identidade nacional é territorializada. É um marco para vários significados que são atribuídos a essa "comunidade imaginada", no sentido dado por Anderson^x, sendo a referência para os brasileiros e brasileiras se identificarem e conhecerem a "sua" "cultura".

Os atrativos naturais, conforme as suas indicações turísticas, revelam significados que não se referem à ecologia e preservação. A "natureza" e principalmente a própria cidade resistem na conservação desde os minérios até os monumentos frente a ação do tempo; é apresentado de forma "natural" e não resultante de políticas culturais e ambientais para a conservação.

O que se tem nessa terra de "bravos" e "intrépidos" bandeirantes é que até o pico do Itacolomi foi transformado em um desses "valorosos". A cidade como patrimônio foi, desta forma, naturalizada ao invés de ser concebida como resultante de um processo social, e a natureza foi investida de "cultura". Isso porque ela é apresentada como a moldura digna dessa cidade "obra de arte", ela é a coroa que lhe cabe. A natureza dos parques e cachoeiras é outra obra de arte só que "natural".

O processo social, a história da cidade e a sua historicidade é apresentada como se fosse um esforço de gerações de artistas para a construção dessa Ouro Preto artística por excelência, e o reconhecimento da UNESCO só foi consequência natural dado o seu extremo valor. Mas se a "natureza", dos parques e cachoeiras, contribui para a valorização da beleza da antiga Vila Rica, o seu subsolo também exerce a mesma

influência na configuração como a fonte das suas "eternas" riquezas. O que repercute no fato irremediável de Ouro Preto ser naturalmente turística: "A paisagem do maior conjunto barroco do mundo já nos coloca no passado".

O início dessa cidade, propiciado pela descoberta do ouro e a sua conseqüente fundação aparece de forma mítica. Isso porque a descoberta do ouro não significou apenas que os bandeirantes estivessem procurando o ouro mas sim a sua descoberta foi também a de Ouro Preto, mesmo que esta ainda não existisse, o que revela a construção dos roteiros turísticos de tal forma que a cidade é tem sua história destituída de historicidade mas é elevada ao plano onde a temporalidade mistura passado e presente.

Ou seja, o ouro aparece em um primeiro momento como o mote para a descoberta, dado que a riqueza e abundância mineral, nas lendas sobre o Eldorado, mas acaba por repercutir na fecundidade de uma terra para todas as dimensões: da natureza à "cultura", da extração de minérios até os aspectos e faces dessa rica e fértil erudição representados nas obras artísticas. O ouro encontrado na região atesta o valor áureo da Ouro Preto patrimônio. As histórias que apresentam sobre essa Ouro Preto "descoberta" nada mais foi do que um fato previsto, natural e óbvio, dada a linearidade e interpenetração dos tempos: o passado sempre caminhou para o seu presente ou melhor, o presente é a única direção lógico para o passado ter se desenvolvido nas ações e fatos que os personagens atuaram para a Ouro Preto se transformar em patrimônio histórico e artístico nacional e da humanidade. Dos personagens que atuaram nas "histórias" de Ouro Preto dois se destacam e são ilustrativos e assimétricos. Aleijadinho e Chico Rei.

Examinando as suas "biografias" disponíveis nas páginas da internet, revelam-se várias dimensões dos significados que estão imbricados em torno dessa Ouro Preto,

esses personagens tem suas histórias misturadas com a história da cidade e é por ela que são referenciados.

Aleijadinho é o grande artífice da cidade: construiu, esculpiu e a ornamentou. Em sua contrapartida, a cidade pelo seu conjunto lhe garantiu uma moldura à altura de suas obras.

No presente também os museus o representam: suas obras garantem a sua lembrança sobretudo o aspecto dramático de sua vida, da sanidade à doença. O seu "sofrimento", "angústia", seus sentimentos, atribuídos por seus biógrafos, ou são lembrados pelas expressões de suas esculturas: "o Santo vestido", "o Cristo crucificado", "as peças do presépio" são alguns exemplares das esculturas em exposição no museu da Inconfidência. São representantes de seu talento. Cada peça, representante de seu talento, também tem seu outro lado: elas atestam seu talento porque cada peça foi feita pelo talento de Aleijadinho. Não se trata de tautologia mas sim que esse é responsável pelo grande número de atribuições a outras peças de autoria não identificadas.

A peça em lugar de Aleijadinho, esta troca permite que o artista esteja sempre presente, a igreja de Nossa Senhora da Conceição é outro local: aí seu corpo está sepultado e a própria igreja nasceu dos riscos de seu próprio punho. Mas a igreja que o consagra e a própria cidade, é a de São Francisco de Assis.

As suas biografias o representam dramaticamente, a sua vida é a história do seu drama: a sua doença, que é enaltecida como o pior desafio a ser enfrentado por Aleijadinho. Ele é um misto de artista e herói: o primeiro porque seu talento foi notável e sobressaiu sobre todos os outros; herói pela quantidade de obras produzidas, por ser filho de escrava que teve seu reconhecimento e por ter enfrentado a doença

"misteriosa". Apesar de tê-la continuou seu trabalho de artista mesmo sem as mãos, amarrava os instrumentos nos braços. A duras penas ia esculpindo a pedra-sabão "material que ele mesmo descobriu", o que vale dizer: a origem da tradição, pois o uso de pedra-sabão em Ouro Preto é uma das marcas que distingue o "específico" e singular da arte, artesanato e demais "souvenirs". Conta-se esse fato com a ênfase não tanto para a sua descoberta mas sim as penas traçam a história que foi Aleijadinho muito mais criador do que descobridor da pedra-sabão: o herói do talento inigualável, cria o material, o lapida com figuras que assombram pela expressividade, escultor de figuras que faltam andar e falar, arquiteto que revoluciona as antigas concepções barrocas, elabora todo um conjunto que somado acaba por significar que foi ele o grande criador dessa Ouro Preto que o "mundo rende homenagens".

O outro personagem, Chico Rei, mais do que o de Aleijadinho, está inserido no contexto da escravidão na época colonial. Mas se trata de um escravo que manteve muito mais a sua condição nobre, de rei do que escravo. Foi espoliado de seu status, mas reconquistou a sua justa posição na hierarquia.

Tanto Aleijadinho quanto Chico Rei têm suas histórias permeadas pelos seus ofícios, estão ligados à escravidão mas de forma indireta. O primeiro é filho de escrava, e o outro o foi, só que conseguiu a alforria. Ambos se sobressaem pelos seus feitos: artísticos e ideais, são heróis que alcançam a liberdade de expressão do talento e aquela que combate a opressão e tirania. E para isso, tanto Aleijadinho quanto Chico Rei têm destacada disciplina do corpo frente ao trabalho.

Eles têm suas histórias de vida atreladas a história de outro acervo do patrimônio: as igrejas. Os dois são responsáveis pela construção de destacadas igrejas,

Aleijadinho nas de Nossa Senhora da Conceição e São Francisco de Assis, já Chico Rei financiou a igreja de Santa Ifigênia.

Curiosamente, a escravidão é apresentada apenas como uma trama secundária, não um contexto no qual as relações sociais estão inscritas. Assim também o é a apresentação da religiosidade do povo de Ouro Preto. Um todo homogêneo que está dividido em Irmandades, ou melhor dizendo hierarquizado.

Se Ouro Preto é construída como um espaço de conquista dos bandeirantes em busca do ouro, do sonho de liberdade frente ao fisco e a Coroa, região das minas e de trabalho escravo, esse é um ponto que tem uma curiosa abordagem. Se os inconfidentes e os artistas aparecem e são sempre lembrados, as revoltas são enaltecidas já que visam o ideal de liberdade, o mesmo não se dá com a questão escrava. Esses e a escravidão aparecem como um contexto, um "tempo" em que havia escravos, destituído de historicidade e sujeitos. Hoje, a memória do "tempo escravo" é representada pelos lugares que foram senzalas desde que façam parte da distribuição dos compartimentos dos monumentos visitados, como a Casa dos Contos; bares e restaurantes que redecoraram a senzala e hoje são as Caves; e principalmente pela figura heróica mítica de Chico Rei, o "escravo que virou senhor de minas".

Portanto, essa memória permaneceu guardada de forma invertida e assimétrica em relação a dos "senhores". O "verdadeiro" modo que os escravos devem ser lembrados pode ser revelado nas lendas e histórias de espíritos e fantasmas que procuram desde os seus amores perdidos e não consumados até a remissão pela escravidão. Essa é retomada sem a memória da condição escrava sem salientar o aspecto da violência, mas sim um episódio que passou pela história sem danos e repercussões. Outro ponto que se desdobra desse sentido é a disciplina do corpo, o ofício enobrecendo

a alma, sendo estendido para os escravos e a questão de seus "ofícios" e pode ser estendida na legenda de Aleijadinho: quanto mais doente ficava mais "perfeito" seu trabalho de tornava. Tratava-se também da transposição de seu sofrimento nas obras que produzia, a representação de seus sentimentos e dores nas suas peças entalhadas.

Grande parte do acervo tombado e chamariz para os turistas, as Igrejas aparecem como outra voz que ecoa o discurso de humanidade irmanada e integrada, novamente tem-se o sentido unívoco de Irmandades, cristãos, ethos e memória.

A memória apresentada sobre Chico Rei cujo nome também possui uma faceta curiosa. Um rei que possui um nome de homem simples e do povo, o nome é um artifício que ao mesmo tempo que reconhece a sua realeza o remete a um lugar de proximidade a uma hierarquia de "povo". Sua vida é narrada em conjunção com o percurso turístico obrigatório, a igreja. Ele é o grande nome contribuinte da construção de Santa Ifigênia, onde a santa é a "rainha núbia que o Vaticano canonizou". Uma negra que teve sua santidade reconhecida pela Igreja Católica, a irmandade entre as "raças" é reconhecida. Mas era uma igreja que a ir era freqüentada por "pretos", era o espaço que eles podiam utilizar, novamente a identidade sendo e estando confinada territorialmente.

Esta é uma pista sobre os vários sentidos dos diferentes atores envolvidos nesse cenário sobre o qual Ouro Preto é construída e onde disputam as versões e os personagens que elencam as suas histórias e dão sentido às suas próprias história de vida. Quanto aos personagens, como Aleijadinho e Chico Rei, ocorrem mitos com as várias versões de suas vidas que são apropriadas e dramatizadas nas festas, entendidas como rituais, para variadas disputas e conflitos de direitos ou de significados culturais.

Foram vistos vários sentidos que justificam o potencial turístico do patrimônio sobre a importância do ouro, da mineração, nos quais a escravidão perpassou as

experiências históricas de vários sujeitos que, no entanto, foram colocados em segundo plano.

Contrapondo à experiência dos moradores, a primeira observação dessa série de sentidos apresentados, pode-se iniciar pelo fato de considerarem o "patrimônio" apenas o escritório técnico da instituição do IPHAN, o que já revela o distanciamento entre o discurso de uma memória que se pretende reconhecida e a sua apreensão. O sentido que o patrimônio assume deveria assumir ao apresentar a história da nação, segundo Lillian - moradora e arte educadora em um dos museus da cidade - deveria estar encadeada do seguinte modo:

“É a história da cidade que tá ligada a história do Estado, a história do Estado tá ligada a história do país, a história do país tá ligada a história do mundo. Então a gente sempre tenta mostrar. Que não é isso que ocorre. Porque corre esse risco, do título de uma cidade patrimônio, desperta a idéia que o mundo começa e termina aqui.”

Considerando que “a “preservação” do patrimônio cultural é um processo social, uma prática que acrescenta novos bens, valores e processos culturais à experiência envolvida”^{xi} focaliza-se o processo de construção e apreensão desses bens em torno de uma “memória nacional”, a partir dos seus moradores, do modo que estes receberam, interpretaram e recriaram esse sentimento de pertencimento nacional.

O fato de ser patrimônio da humanidade, uma inclusão no rol de um conjunto total do acervo artístico, dentre uma totalidade, é entendido por Vítor, nativo e presidente de escola de samba, do seguinte modo:

“O orgulho do reconhecimento pela UNESCO por ser patrimônio , um orgulho muito grande para todos nós ouro-pretanos, e como ser melhor ainda: Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira a ser reconhecida mundialmente (...) então para gente é um

orgulho muito grande, a gente se sente muito feliz por esse reconhecimento. Não sei se esse reconhecimento também consegue atrair mais divisas para o município aqui, em termos financeiros; mas, de qualquer sorte, é muito válido. É muito válido pelo conjunto arquitetônico barroco.”

A fala indica os sentidos que estão orientando os vários significados em curso na questão de patrimônio. A partir dos dados de pesquisa empírica, já citada, permitem que se interprete por um lado o turismo proporcionando o “consumo visual da paisagem” [por ser patrimônio e portanto, turística]; por outro, o sentimento de pertencimento dos moradores, como anfitriões e zeladores - em uma cidade que guarda parte do acervo, artístico e histórico, nacional e da humanidade – está intermediada pelo turismo que possibilita a relação de trocas de experiências, símbolos etc., onde o ato de compartilhar dessa paisagem está revestido de uma “reciprocidade” entre moradores e visitantes e deste modo, entre nações e pessoas.

O acervo preservado, assumindo o significado de posse coletiva, é simbolicamente de usufruto do país. O uso que os moradores fazem deste acervo é uma apropriação simbólica da responsabilidade pela sua guarda, proteção e manutenção, mas também evidencia as trocas entre diferentes identidades não apenas nacionais mas também regionais. O patrimônio, como símbolo, permite várias leituras de seu significado: para o poder oficial representa a história e memória da nação e para os moradores significou uma “memória” construída na qual a agenciam para o turismo, reconhecem mas não se julgam alvo dessa prática preservacionista.

Ao mesmo tempo que vêem os bens como algo voltado aos turistas, também reivindicam o reconhecimento desse acervo como parte de sua identidade, resultando em uma relação tensa com esse “patrimônio” freqüentemente incômoda às suas vidas

cotidianas. Ao mesmo tempo que se sentem excluídos são também os anfitriões de quem vem visitar e conhecer a “sua” cidade. As artes e o senso de posse coletiva sugere que há trocas de experiências; a vinda dos turistas à cidade se reveste a uma espécie de convite para circulação de vivências e impressões sobre as obras artísticas entre a humanidade. Apesar de referir-se a questão dos direitos autorais, pode-se estender o argumento de Mauss relacionando a posse coletiva sobre as produções artísticas que constituem a paisagem de Ouro Preto– as fachadas e utensílios religiosos das igrejas, esculturas, objetos dos museus, edificações. Não apenas se tem a sua venda mas também a sua incorporação e apropriação simbólica, já que por ser também patrimônio da humanidade passa a ser de posse coletiva de uma totalidade integrada apesar de suas diferenças culturais de um modo pretensamente irmanado e congregado.

O turismo permite e coloca em circulação as várias relações entre as pessoas e suas nações, ampliando o leque dos amigos, conhecidos e também dos signos símbolos compartilhados entre esses. Isso não significa que essa abordagem desconsidere as relações de dominação entre os diferentes países e sua inserção na chamada nova ordem mundial. Contudo, focalizando a questão sobre as trocas compartilhadas, entre turistas e moradores, orienta-se a abordagem do turismo como uma atividade onde há o consumo e venda de imagens e produtos, mas também privilegia-se o enfoque: são pessoas que interagem e ampliam o leque de contatos.

Nesse caso, os “souvenirs”, quadros, esculturas em pedra sabão, etc. podem ser entendidos como “presentes trocados”, são lembranças que se originaram a partir das interações travadas entre os “anfitriões” e seus “convidados”, instaurando e evidenciando-se trocas entre os componentes de uma mesma humanidade, lembrando as palavras de Mauss sobre as dádivas trocadas e a obrigação de sua retribuição: “tudo se

passa como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual compreendendo coisas e homens, entre os clãs e os indivíduos, repartidos entre as classes, os sexos e as gerações”^{xii}, cabendo nesta última parte da fala: as nações. Pois ao se considerar a questão sobre a nacionalidade tem-se que a produção de seus vários sentidos é realizada pelo poder oficial e por uma intensa disputa e negociação entre as pessoas que compõem a nação, os integrantes da comunidade que vão construindo e reafirmando nas relações cotidianas.

Em relação a Ouro Preto pretendo na continuidade da pesquisa confrontar os horizontes da produção simbólica de identidades, a partir do encontro de dois enunciadores principais: o poder oficial e os moradores, cada um desses dispersos em vários outros: a Embratur, as agências de turismo, os guias turísticos, a Secretaria de Turismo, e os moradores inseridos de diferentes formas na estrutura social.

As produções artísticas, sobretudo as pinturas, e “souvenirs” de pedra sabão, vendidos nas várias lojas de Ouro Preto que são lembranças que as pessoas levam da cidade para os amigos ou mesmo para si próprios, uma recordação da estadia e recordação afetiva de momentos compartilhados com novos amigos. Novamente as palavras de Mauss: “Felizmente, nem tudo está ainda classificado em termos de compra e venda. As coisas têm ainda um valor de sentimento para além do seu valor venal, supondo a existência de valores que sejam apenas deste gênero”^{xiii}. Considera-se que a produção de sentidos sobre Ouro Preto se dê a partir de outras manifestações populares podendo recriar outros sentidos para esse mesmo “estilo patrimônio” evidenciando a renegociação dos significados que atuam sobre Ouro Preto, o nacional, etc.

Por outro lado, evidenciando-se a pluralidade de significados que estão sendo partilhados e negociados, estão os moradores que encenam as festas, convivem na

cidade patrimônio e são membros dessa nação, recriando os sentidos e ordenam de modos distintos o que é veiculado.

A prática do tombamento consagrou certos nomes e momentos da história, apresentando-os de forma unívoca. Os monumentos aparecem como identidades territorializadas, de tal modo que as imagens mostradas nos sites e as tomadas dos vídeos "fotografam" o local como se fossem reprodução da realidade e marcos para as múltiplas identidades que podem se referenciar a esses símbolos, denominados como pertencentes a "nação".

O aval oficial sobre esse referencial do que é "nacional" é dado pelos vários órgãos e agências do estado, considerando-se os respectivos conflitos internos, mesmo assim acabam por edificar e erigir uma "memória" disciplinar e assimétrica em relação à escravidão em vista dos "grandes" nomes e fatos.

Essa é uma das contrapartidas da prática do tombamento em Ouro Preto. Com isto uma questão emerge para ser esmiuçada: se os moradores se apropriam desse saber oficial para se afirmarem como pertencentes e "nativos" e portanto, os que detêm o melhor conhecimento sobre a "memória" da cidade. Isso porque viveram nas suas experiências cotidianas o que os de "fora" vem "descobrir", ou seja, pesquisar. Estabelece-se assim uma inversão, instala-se a assimetria entre o "saber oficial" e as experiências dos moradores que o turismo vem por um lado acirrar e por outro, permite que sejam agenciadas.

Deste modo, tem-se vários conflitos e disputas simbólicas em torno da construção da história que Ouro Preto é o palco e a pluralidade de atores, personagens e autores são revelados nos dramas sociais que informam os diálogos dessas lutas simbólicas.

Vale lembrar a idéia de Mauss para quem as festas e o mercado são momentos em que são expressas e trocadas as alianças e os antagonismos, sentimentos, medos, alegrias. Apesar deste se referir a obrigatoriedade das trocas de presentes, estendo seu argumento com base na hospitalidade de grupos locais e visitas, quando os "velhos amigos" ao se abraçarem também trocam e se misturam sentimentos e pessoas, trocam deste modo alianças e afirmam o seu pertencimento. Sendo assim, penso o turismo não apenas como atividade de lazer, educação, economia. Mas o encaro como um "fato social total" pois estão todas essas esferas da vida social em contato.

As trocas travadas de forma assimétrica entre os visitantes e os visitados é de certa forma encarar o turismo como grande articulador do contato dos diferentes, dos outros, de mercados que se conhecem e se estranham.

As festas analisadas sobre as quais esse trabalho se debruça, o carnaval e a Semana Santa, por sua vez, são os momentos que permitem essas trocas de presentes e também de sentimentos de se estar compartilhando algo, seja a nação, ou a pertença a uma comunidade católica mundial, ou mesmo uma pretensa humanidade integrada.

Fragmentar estes dramas e inserir os atores que delas participam e organizam é a direção que pretendo orientar a continuidade da pesquisa cujos passos iniciais foram apresentados.

No caso de Ouro Preto um dos desafios é entender e contrastar essa cidade "estática" dos séculos de história com a Ouro Preto "dinâmica", do cotidiano dos moradores, dois pólos que revelam e ocultam os conflitos e disputas articulados pelo turismo e a sua historicidade.

-
- ⁱ Conforme Geertz, Clifford, A interpretação das Culturas Rio de Janeiro: Zahar; 1986. E também Geertz, Clifford, Negara. O Estado Teatro no século XIX. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil; 1991
- ⁱⁱ Vargas, Getúlio, A Nova Política do Brasil vol. V – O Estado Novo. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938. “Improviso, por ocasião das manifestações populares, em Ouro Preto, a 1 ° de julho de 1938).(p. 254)
- ⁱⁱⁱ As idéias aqui desenvolvidas referenciam-se em Mauss, Marcel, Ensaio sobre a Dádiva. Lisboa: Edições 70; 1988.
- ^{iv} Hall, Stuart, A Questão da Identidade Cultural.(trad.) Textos Didáticos, n ° 18; IFCH/UNICAMP; 1995.
- ^v Ruben, Guillermo Raul, O que é Nacionalidade. São Paulo: Brasiliense; 1984.
- ^{vi} Sobre a questão do patrimônio ver: Gonçalves, J. R. Santos, A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC – IPHAN; 1996. Arantes, A. A. “Documentos Históricos, Documentos de Cultura” em Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; n ° 22/1987; Rubino, Silvana, As Fachadas da História – os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP, 1992; Cunha, M. C. Pereira, (org.), O Direito à Memória – Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. Rodrigues, Marli, Alegorias do passado – a instituição do patrimônio em São Paulo: 1969-1987. Tese de Doutorado: IFCH/ UNICAMP, 1998. (p.21)
- ^{vii} A viagem foi realizada durante a Semana Santa de Ouro Preto em 1924, tendo por componentes: Mário de Andrade, Oswald de Andrade e seu filho Nonê, Tarsila do Amaral, d. Olívia Guedes Penteadó e Gofredo da Silva Telles e também poeta francês Blaise Cendrars. Ver Amaral, Aracy A. Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas. São Paulo: FAPESP/34 1997.
- ^{viii} Foi com o decreto lei n °55, de novembro de 1966 criou organismos básicos à implementação do turismo no Brasil através da criação da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo, o decreto definia claramente o papel do governo: “normativo, disciplinador e coordenador das atividades turísticas no país, cabendo à iniciativa privada a função propriamente empresarial e executiva”. Além disso, o 1 ° Encontro regional de Turismo do circuito histórico de Minas Gerais realizado em Ouro Preto em 1969, através dos discursos proferidos, deixou claro que o poder oficial pretendia vincular o turismo a uma pedagogia do que seria o nacional. O incentivo ao turismo nas cidades históricas era entendido como ato patriótico já que era divulgação da história nacional. Conferir Arquivo IPHAN / Rio de Janeiro: série: Arquivo Técnico Administrativo do IPHAN. (Pasta A19).
- ^{ix} A análise considerou os seguintes vídeos vendidos nas lojas de presentes e produtos típicos em Ouro Preto: "Ouro Preto turística"; "Ouro Preto, uma viagem no tempo" e "Ouro Preto 300 anos".
- ^x Conforme o sentido apresentado por Anderson, Benedict. Nação e Consciência Nacional.
- ^{xi} Arantes, A. A., “Documentos Históricos, Documentos de Cultura” em Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; n ° 22/1987. (p.48)
- ^{xii} Mauss, op. cit. (p. 69).
- ^{xiii} Mauss, op. cit. (p. 185).